

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO CULTURAL PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A QUESTÃO SOCIAL

Josavias Anthony Oshiro Costa UFMS¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo a partir de um estudo bibliográfico, superar a visão imediata acerca da questão social, analisando este tema como um processo histórico, que foi produzido e acentuado dentro da sociedade capitalista. Em que pese, a necessidade de compreender esta temática, como um processo, nos remete ao entendimento deste fenômeno como pertencente à própria estrutura da sociedade de classes, que desde meados do século XIX com a aceleração da industrialização houve um grande aumento das desigualdades entre o proletariado e a burguesia tendo como resultado a miséria e precarização da vida da classe trabalhadora. Neste período o pauperismo surge como um fenômeno novo, pois, a produção dos bens necessários à reprodução da vida atingiu o auge, pari passu as desigualdades crescentes. Conhecer esta realidade é uma necessidade para a prática do profissional em psicologia, ao passo que a questão social, tradicionalmente tem sido ora naturalizada ou individualizada, revelando o fato de que, segundo estudos ao estudar o pauperismo a psicologia não trata este tema de maneira estrutural. Desse modo, os fundamentos filosóficos da Psicologia Histórico Cultural, pautados no Materialismo Histórico Dialético proporcionam subsídios para uma leitura da totalidade que supera as perspectivas que embasam a psicologia tradicional. Sobre esse prisma, para além de uma compreensão da realidade concreta, é possível apresentar algumas reflexões para a práxis do psicólogo frente à questão social, tendo em vista, a profissão cada vez mais imersa nas áreas de atuação das políticas públicas sociais, que tem como público alvo a população pauperizada. A atuação, em geral apresenta-se como um desafio para a prática tradicional, que ainda mantém um paradigma clínico individual, e, usualmente, um modelo quase médico de atuação, sendo este tipo de prática insuficiente para a compreensão da realidade concreta que se manifesta de forma dinâmica, bem como o distanciamento de possibilidades de superação do pauperismo.

Palavras-chave: Pauperismo. Psicologia Histórico-Cultural. Questão Social. Políticas Públicas Sociais.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo, de caráter bibliográfico, tem o objetivo de compartilhar as contribuições da Psicologia Histórico Cultural para análise da questão social. Pois, o protagonismo das discussões acerca da questão social, ainda permanecem no campo do Serviço Social, pois, a profissão nasce justamente no tocante e nas manifestações diretas desta problemática Netto (2001) e Santos (2008). Esta discussão tem sua justificativa relevância, em razão da

¹ Graduando em Psicologia, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, câmpus de Paranaíba. E-mail: shirovntc@gmail.com

necessidade, principalmente a partir da perspectiva marxista, a retomada desse conceito - questão social - que surge como expressão do conservadorismo burguês principalmente em meados do século XIX, como apontado por Castelo (2010).

As aproximações do diálogo com a psicologia partem deste campo, pois, via de regra, a psicologia ocidental tem como problemática central o indivíduo e, todo aporte teórico voltado atender as demandas que em geral este apresenta em contexto clínico. Contudo, não é ocioso afirmar que ao se deparar com problemas que fogem à esfera individual em uma relação não linear, as limitações apresentadas pela psicologia tradicional, necessariamente, são expressas de modo reducionista, principalmente o que se encontra imbricado em uma esfera macrosocial. Sua tendência é individualizar problemas que fazem parte de uma problemática estrutural, o que impossibilita a superação dos maneirismos da profissão, estigmatizando indivíduos e dando respostas insuficientes.

Propor este debate, para o campo do saber da psicologia, significa em primeiro lugar, compreender o desenvolvimento da profissão, bem como entender que a dimensão teórica da psicologia possui limitações, e que essas se encontram no modelo tradicional da ciência psicológica, em contradição, a Psicologia Histórico Cultural, traz uma dimensão que não individualista de lidar com os problemas sociais e culturais, mas contemplando a totalidade das problemáticas e admitindo sua possibilidade de transformação.

2. DO PAUPERISMO MODERNO À QUESTÃO SOCIAL

O conceito de modernidade é complexo e multifacetado, não podendo ser resumido a aspectos singulares ou específicos. No decurso histórico da humanidade, se fosse possível uma definição deste recorte temporal em uma única palavra, esta seria - movimento. Movimento, pois, em um período que vai de 1500 a 1800, ou seja, em 300 anos, já não existiam traços do modo de organização feudal, o que significa dizer que em âmbito estrutural, os modos de produção, o nascimento das cidades, a forma como a sociedade se organizava, as classes sociais, a filosofia, a religião, e, um conjunto de outras atividades humanas foram radicalmente transformados Tonet (2013).

Entretanto, o que alavancou significativamente o ritmo e a profundidade destas metamorfoses foram, em alguma medida, às mudanças paradigmáticas, que pela primeira vez na história colocaram a atividade humana como polo de transformações não só da natureza, como da própria sociedade. Frisa-se, que ao se falar de história, logo falamos de sujeitos, isto

é, foi pelas mãos dos próprios humanos que essas metamorfoses ocorreram, contudo, a burguesia como classe social, e ligada à modernidade de forma coincidente – ou não, foi responsável por grande parte destas transformações.

Marx e Engels, na obra *O Manifesto Comunista*, enfatizaram o caráter revolucionário da burguesia enquanto classe social, igualmente, foi esta classe que elevou a importância do caráter transformador da atividade humana a níveis que nenhum outro período histórico pode presenciar

Foi a primeira a dar provas do que a atividade humana pode empreender. Realizou maravilhas que superaram de longe as pirâmides egípcias, os aquedutos romanos e as catedrais góticas; conduziu expedições que puseram na sombra todos os êxodos anteriores de nações e cruzadas. A burguesia não pode existir sem revolucionar, constantemente, os instrumentos de produção e, desse modo, as relações de produção e, com elas, todas as relações da sociedade. (MARX; ENGELS, s.d, p. 13-14)

A burguesia e a modernidade se entrelaçam em uma valsa dialética, ambas só puderam existir pelas intensas transformações históricas. A modernidade, enquanto um período de extensas rupturas com a velha ordem, principalmente, com o humanismo como filosofia central, e ulterior com seu auge no iluminismo, traçou os caminhos do que viriam a ser uma sociedade livre, que buscava valorizar as potencialidades humanas em todos os sentidos.

A modernidade, como um movimento de construção de uma nova sociedade, transformou radicalmente os rumos ditados pela antiga ordem feudal, encontrando no ápice de seu projeto societário duas revoluções; a primeira no âmbito político, a Revolução Francesa (1789-1799), e a segunda a Revolução Industrial, que tem seu início na Inglaterra ao fim do século XVIII, e expandiu-se durante o século XIX pela Europa Hobsbawn (2017).

Conforme ilustra Hobsbawn, as mudanças estruturais na transição da velha ordem para a nova, além de atingirem seu auge ulterior a estes eventos, ganham contornos e “As palavras são testemunhas que muitas vezes falam mais alto que documentos. [...] palavras como “indústria”, “industrial”, “fábrica”, “classe média”, “classe trabalhadora”, “capitalismo e socialismo”. [...] “greve” e “pauperismo” (2017, p. 19), tais palavras partem do vocabulário moderno, estas fariam parte de uma realidade cada vez dinâmica.

Entretanto, mesmo com os diversos avanços obtidos pelo progresso tecnológico e paradigmático que a modernidade lança a humanidade, os traços e valores carregados deste período histórico se tornaram antagônicos nas mãos da classe em ascensão; a burguesia, carregada de seus interesses, em prol do avanço produtivo, pouco contribuiu posteriormente

com as promessas que abrem os séculos da modernidade. As mazelas de períodos históricos anteriores como, por exemplo, o pauperismo, em momento nenhum demonstrou ser a pauta das transformações radicais efetuadas pela classe burguesa, mesmo com as condições objetivamente existentes para a superação desta problemática. De maneira antagônica, a classe burguesa, lança sobre a história humana a naturalização de sua ascensão e de seu regime de produção, o que evidenciou seu caráter conservador para alcançar os fins de seus interesses, o avanço da produção e a liberdade econômica.

Não por acaso, a burguesia no processo de sua ascensão, buscou nitidamente, contra a velha ordem, transformar o mundo em sua imagem e semelhança

Essa acumulação primitiva desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel do pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã, e com isso, o pecado se abateu sobre o gênero humano. Sua origem nos é explicada como uma anedota do passado. Numa época muito remota, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, súcia de vadios e a dissipar tudo o que tinham e ainda mais. De fato, a lenda do pecado original teológico nos conta como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; (MARX, 2017, p. 785).

A classe trabalhadora, que sofrerá as chagas do pauperismo moderno, tem sua gênese histórica no modo de acumulação primitiva² como indicou Marx (2017) no capítulo 24 de sua grandiosa obra *O Capital*, que diferente do regime capitalista ainda estava arraigado nas velhas formas da sociedade feudal, tendo a servidão e a produção do campo como formas intrínsecas de reprodução da vida, o que ligava guardadas as suas devidas proporções, a nobreza e o campesinato.

Esta relação tinha como base, em grande medida, que o poder dos senhores feudais estava estritamente ligado à quantidade de súditos, entretanto, como na Inglaterra a servidão tivera fim em meados do século XIV, estes súditos, em sua maioria, faziam parte de camponeses autônomos, que produziam e recebiam de maneira assalariada, e para além de seu próprio salário estes trabalhadores passavam a receber certa quantidade de terra que era disponível para seu próprio plantio ou, de cuidado para outros fins como a pecuária Marx (2017). Em outras palavras, estes trabalhadores tinham uma relação direta com seus meios de produção e ao mesmo tempo faziam parte do processo de trabalho, as terras comunais em que estes trabalhadores produziam, forneciam subsídios que garantiam minimamente as condições

² O ponto de partida da análise feita por Marx neste período é a Inglaterra, pois, as ações que alavancaram o desenvolvimento capitalista tal como se desenvolveu, tem suas origens neste país.

de reprodução da vida, entretanto, ao curto passo da história estes trabalhadores teriam suas vidas radicalmente transformadas.

A consolidação do capitalismo na Inglaterra adveio junto com a transformação das bases da servidão, e não apenas, mas com a transformação radical dos modelos feudais de produção, isso significa que o camponês autônomo e outros que faziam parte do processo de produção feudal, seriam separados dos meios de produção e das terras, das quais, exerciam sua atividade laboriosa

Trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como escravos, servo etc., nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados dos meios de produção. (MARX, 2017, p. 786).

É a força de trabalho livre, e a destituição destes trabalhadores dos meios de produção, que possibilitaram o desenvolvimento e a consolidação do processo produtivo capitalista. É neste ponto que as velhas relações feudais começam a ser superadas. A burguesia ascendente inicia sua cruzada impulsionada pelo “(...) florescimento da manufatura flamenga de lã e o conseqüente aumento dos preços da lã.” Marx (2017, p. 790), diferente da velha ordem que sua riqueza e poder estavam pautados na terra e na quantidade de súditos, a nova via acumulação de dinheiro como “(...) o poder de todos os poderes” (ibidem, p. 790).

A expansão da produção de lã efetivada pela ‘ascendente burguesia’ resultou em uma expropriação em massa de um grande contingente de camponeses

Uma massa de proletários absolutamente livres foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais, que, como observou corretamente *sir* James Steuart, ‘por toda parte lotavam inutilmente casa e castelos’. Embora o poder real, ele mesmo um produto do desenvolvimento burguês, em sua ânsia pela conquista da soberania absoluta tenha acelerado violentamente a dissolução desses séquitos, ele não foi, de modo algum, a causa exclusiva dessa dissolução. Ao contrário, foi o grande senhor feudal que, na mais tenaz oposição à Coroa e ao Parlamento, criou um proletariado incomparavelmente maior tanto ao expulsar brutalmente os camponeses das terras onde viviam e sobre as quais possuíam os mesmos títulos jurídicos feudais que ele quanto ao usurpar-lhes as terras comunais. (MARX, 2017, p. 789).

Este trecho merece destaque, pois, expressa algumas características latentes do que seria, posteriormente, o desenvolvimento da sociedade burguesa. Em primeiro lugar, à oposição direta aos velhos moldes em lidar com as questões econômicas e políticas, neste período o poder da Coroa e do parlamento deveriam ser soberanos, entretanto, o conservadorismo político da época não foi o suficiente para segurar o avanço do capitalismo

Branco (2006). Um adendo a esta colocação é o posicionamento da burguesia “contra” o Estado (ainda nos moldes da aristocracia), estes fundadores da então exploração do campo, demonstraram oposição à Igreja Católica que a partir do século 16 sofreu uma grande reforma que como descreve Marx (2017, p. 793) “[...] a Igreja católica era a proprietária feudal de grande parte do solo inglês. A supressão dos mosteiros etc. lançou seus moradores no proletariado.”, é nítido que a solidez do mundo feudal enfrentou um declínio contínuo, a religião e o velho Estado aristocrático, as formas arcaicas de produção e as relações sociais, principalmente, sob o domínio da burguesia, se desmancharam no ar Marx e Engels (s.d), neste ponto é possível compreender a tendência revolucionária da burguesia que rompeu radicalmente com qualquer resistência das velhas formas de reprodução social.

Em segundo lugar, a brutalidade e a violência foram ferramentas que aceleraram o processo das transformações radicais necessárias neste período, principalmente, para efetuar a completa expropriação camponesa que abriu espaço para criação de um proletário completamente livre para a venda de sua força de trabalho

Os capitalistas burgueses favoreceram a operação, entre outros motivos, para transformar o solo em artigo puramente comercial, ampliar a superfície da grande exploração agrícola, aumentar a oferta de proletários absolutamente livres, provenientes do campo etc. (MARX, 2017, p. 796).

E foi através da “lei parlamentar geral para o cercamento das terras comunais” (MARX, 2017, p. 796) que neste período o escamoteamento das terras comunais seguiu seu fluxo e acentuou o caráter repressor do desenvolvimento da propriedade privada

[...] o roubo³ sistemático da propriedade comunal, ao lado do roubo dos domínios estatais, ajudou especialmente a inchar aqueles grandes arrendamentos, que no século XVIII, eram chamados de fazendas de capital ou arrendamentos de mercador, e a liberar a população rural para a indústria, como proletariado. (MARX, 2017, p. 797).

Como afirma Branco (2006, p. 31) “[...] a violência foi parteira do capital”. O caráter violento é ilustrado por Marx (2017, p. 800) como “clareamento das propriedades rurais” que no período aqui discutido foi um processo utilizado em larga escala em terras inglesas, contudo, a violência explícita utilizada pela burguesia ascendente fica claro quando

³ Marx quando se refere a roubo nesta passagem é na verdade, a forma de expropriação das terras comunais via Estado, principalmente a partir do século XVIII. É necessário pontuar que o Estado aristocrático foi resistente no que consiste esta expropriação.

Como exemplo dos métodos dominantes do século XIX, bastam aqui os 'clareamentos' realizados por ordem da duquesa de Suntherland. Essa pessoa, instruída em matérias econômicas decidiu, logo ao assumir o governo, aplicar um remédio econômico radical, transformando em pastagens de ovelhas o condado inteiro, cuja a população fora reduzida a 15 mil habitantes em consequência de processos do tipo semelhante. De 1814 até 1820, esses 15 mil habitantes, aproximadamente 3 mil famílias, foram sistematicamente expulsos e exterminados. Todos os seus vilarejos foram destruídos e incendiados; todos os campos transformados em pastagens. (MARX, 2017, p. 802).

De maneira antagônica, a leitura marxiana acerca do processo que envolve a transição do feudalismo para surgimento do regime de produção capitalista, não contém os contos idílicos tão proferidos pelos pensadores burgueses, como a classe laboriosa que pelo seu próprio esforço e trabalho construíram a sociedade, tal qual ela se encontra. Os anais da história provam que esta foi moldada a sangue e fogo Marx (2017), e na subjugação de uma classe sobre outra.

A famigerada liberdade proposta pela burguesia para o então futuro proletariado era a possibilidade colocar em prática a venda da única coisa que não foi expropriada durante todo este processo de transição, a sua força de trabalho.

É diante deste movimento histórico que surge o trabalhador livre, que não suficiente foi à violência sobre a sua criação, seria também violenta a sua entrada na sociedade burguesa, que na crescente industrialização, principalmente, com as manufaturas não poderiam absorver este grande contingente ao processo produtivo. Em que pese grande parte deste contingente não só, não foram inseridos no processo produtivo, como igualmente não conseguiriam se habituar e se acostumar com as exigências desta nova sociedade, essas pessoas se converteriam em mendigos, desocupados, meliantes e todo o tipo de estigma possível de uma população violentada e expropriada de suas antigas vidas.

Não é preciso muita reflexão que expressão do pauperismo já existente por conta dos períodos históricos anteriores, aumentou exponencialmente devido a todas as condições históricas supracitadas. De forma análoga, não é difícil concluir que as respostas que o próprio Estado burguês dariam a esta problemática - que seriam a naturalização das condições sociais para estes indivíduos, e a utilização da repressão estatal em forma de leis

Assim, a população rural, depois de ter sua terra violentamente expropriada sendo dela expulsa e entregue à vagabundagem, viu-se obrigada a se submeter, por meio de leis grotescas e terroristas por força de açoites, ferros em brasa e torturas, a uma disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado. (MARX, 2017, p. 808)

Sobre égide do Estado a burguesia mantinha o controle sobre a classe pauperizada, frisa-se, com mãos de ferros impedindo e mantendo de forma violenta seu controle sobre esta população. Não era preocupação da burguesia neste período compreender o porquê deste crescente pauperismo, que principalmente no século XIX é escamoteado da história humana e relegada a uma condição natural tais desigualdades existentes. De forma diminuta é possível compreender de onde surge a população padecente do pauperismo moderno.

2.1 CLASSE TRABALHADORA E A SUA PAUPERIZAÇÃO

O então ex-camponês adentra-se em uma sociedade radicalmente transformada, a divisão entre cidade e campo, o regimento de uma vida regrada por horários, novas formas de relação sociais e o cheiro de sangue e violência da liberdade conquistada pela burguesia eram as características dos novos tempos da sociedade capitalista.

As movimentações dos séculos que antecederam o surgimento da indústria e sua consolidação criaram neste percurso histórico um grande contingente de força de trabalho livre. Ainda assim, de modo não suficiente não foram apenas os expropriados que foram arrastados pela onda de proletarização; artesãos, pequenos proprietários de terras, pequenos comerciantes e outros trabalhadores que não se caracterizavam como detentores do grande capital, foram subsumidos pela expansão capitalista e o monopólio de toda a produção. A então propriedade privada capitalista que teve como germe o movimento de usurpação das terras comunais aglomerava um grande contingente de trabalhadores em um único lugar, inicialmente com as grandes manufaturas, e posterior à indústria. Ou seja, a subsunção do trabalho tornou até mesmo aqueles que tinham condições de existência e trabalho singulares aos trabalhadores do campo subordinados ao regime de exploração do capital Branco (2006).

Para o capitalismo tornar-se-ia um sistema hegemônico de produção econômica e social, foi necessária utilização desta então força de trabalho livre. A busca pelo mais-valor é o objetivo e sentido que mobiliza os capitalistas a compra desta mercadoria, não por uma necessidade arbitrária de trabalho, mas sim como um meio de movimentar o volume do valor existente em um novo valor, e assim ciclicamente Pimentel (2012). A força de trabalho enquanto mercadoria é a única sob as mãos da classe trabalhadora, capaz de criar um valor além do seu próprio. Conforme Marx (2017) expõe, existe uma personificação da produção que é efetivada pelo proletário na imagem do capitalista, isso oculta à relação de dependência de um sobre o outro; em termos diretos, em sua aparência é o trabalhador que se tornou

dependente deste tipo de produção, entretanto, como é possível analisar historicamente o contrário é o real.

[...] num modo de produção em que o trabalhador serve as necessidades de valorização de valores existentes, em vez de a riqueza objetiva servir as necessidades de desenvolvimento do trabalhador. Assim como na religião o homem é dominado pelo produto de sua própria cabeça, na produção capitalista ele o é pelo produto de suas próprias mãos. (MARX, 2017, p. 697).

Neste processo de exploração do capital é necessário se atermos a dois problemas que influirão direto na pauperização da classe trabalhadora. O primeiro consiste em que inicialmente a expansão capitalista segue um fluxo quantitativo, ou seja, por todos os meios o seu desenvolvimento se expande em conjunto com grande parte da força de trabalho disponível, utilizando-se da classe proletária como impulso para o aumento da composição orgânica do capital⁴ que no seu decurso histórico fortalece o desenvolvimento de novos meios de produção que servirão como base, em conjunto da força de trabalho existente, a criação de novos meios produção o que gera aumento do mais-valor. Essa transformação quantitativa torna-se qualitativa, quando há o emprego de novos meios de produção mais específicos, para obtenção e efetivação da exploração do mais-valor. Isto gera como consequência uma diminuição do capital variável, ou em outras palavras, da força de trabalho, pois, a necessidade do trabalho de um único trabalhador passa a ser suprida pelo emprego de novas tecnologias que oferecem um suporte produtivo maior, excluindo então parte do capital variável aplicado na produção, ou seja, a exclusão de um grande contingente de trabalhadores do processo produtivo.

Em segundo lugar Pimentel (2012) deixa claro que a partir da leitura de Marx é possível compreender que o aumento da acumulação e da melhora dos processos produtivos há um aumento exponencialmente a centralização do capital. Esta centralização fortalece a condição privativa do capital social existente, ou seja, os capitalistas concorrem entre si fortalecendo o monopólio de sua produção, subsumindo não só o trabalho, mas outros concorrentes de produção. Isso centraliza a produção de riquezas e como consequência seu

⁴ A composição do capital deve ser considerada em dois sentidos. Sob o aspecto do valor, ela se determina pela proporção em que o capital se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, a soma total dos salários. Sob o aspecto da matéria, isto é, do modo como esta funciona no processo de produção, todo capital se divide em meios de produção e força viva de trabalho; essa composição é determinada pela proporção entre massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho exigida para seu emprego. Chamo a primeira de composição de valor e a segunda, de composição técnica do capital. Entre ambas existe uma estreita correlação [...] composição do capital, entenda-se sempre sua composição orgânica. (MARX, 2017, p. 689).

aumento nas mãos de poucos, entretanto, em larga escala produz um aumento considerável de miséria. A demanda por trabalho não aumenta de maneira proporcional ao montante existente de força de trabalho disponível, este fator assim como a centralização e a mudança da relação entre capital variável e o constante auxiliam na manutenção da pauperização da classe trabalhadora. Isso é expresso

Uma das maneiras de enriquecer o capitalista individual e, concomitantemente, acelerar a produção do exército industrial de reserva condizente com o progresso da acumulação social é condenar uma parte da classe trabalhadora ao ócio forçado por causa do sobretrabalho da outra parte. (PIMENTEL, 2012, p. 36).

Este ócio forçado mantém o outro contingente de proletários ativos sobre a pressão de tensionar as relações de exploração estabelecidas, primeiro pelo monopólio da oferta de trabalho que é oferecida pelos próprios capitalistas, e a necessidade da reprodução da própria vida. Segundo pela grande concorrência existente entre os trabalhadores pelas poucas vagas existentes, diante constante crescimento do exército industrial de reserva⁵. O que mantém os salários sob controle e dificulta a organização dos trabalhadores. Tanto maior é a acumulação e expansão do capital, em proporções similares existe o aumento do exército industrial de reserva.

Evidentemente as condições dadas e o esclarecimento marxiano são abrangentes na questão de como a exploração do proletário e sua condição pauperizada são uma necessidade estrutural do regime de produção capitalista, porém, com alguns elementos aqui citados é possível refletir, sobre como a classe trabalhadora além de historicamente expropriada e vítima de constante violência, principalmente, própria exigência do aumento da produção principalmente sob o julgo do sobre trabalho, como igualmente das condições postas por uma sociedade que abandonou totalmente os valores existentes de igualdade e liberdade.

As péssimas condições sociais impostas à classe trabalhadora, principalmente, em meados do século XIX evidenciavam a barbárie existente na sociedade burguesa, como já citado não bastaram às condições violentas de expropriação, o proletariado viveria sobre a sombra do constante pauperismo. Neste ponto citamos uma parte da classe trabalhadora que de alguma forma seria parte do processo de produção, entretanto, uma grande parcela jamais seria absorvida e estariam relegadas diretamente as piores condições de vida possível.

⁵ A acumulação capitalista produz constantemente, assim, uma parcela da população trabalhadora que se torna supérflua em relação ao capital, isto é, relativamente excessiva, excedente para as necessidades de valorização. Marx a denomina EIR (exército industrial de reserva) ou superpopulação relativa. (FELIX, 2017, p. 114)

Engels em sua obra *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (2010) mostra claramente toda condição miserável que classe trabalhadora inglesa vivia, ilustrando alguns aspectos que discutimos até aqui

Mas isso não é tudo. É verdadeiramente revoltante o modo como a sociedade moderna trata a imensa massa dos pobres. Ela os atrai para as grandes cidades, onde respiram uma atmosfera muito pior que em sua terra natal. Põe-nos em bairros cuja construção torna a circulação do ar muito mais difícil que em qualquer outro local. Impede-os de usar os meios adequados para se manterem limpos: a água corrente só é instalada contra pagamento e os cursos de água poluídos não podem ser utilizados para a higiene; [...] submete-os às mais violentas emoções, às mais bruscas oscilações entre medo e esperança e persegue-os como a uma caça, não lhes concedendo nunca um pouco de paz e de tranquilidade. Priva-os de todos os prazeres, exceto do sexo e da bebida – mas porque diariamente os faz trabalhar até o esgotamento de suas forças físicas e morais, esses dois únicos prazeres permitidos são degradados pelos piores excessos. (ENGELS, 2010, p. 138).

A classe pobre neste período morria de fome ao passo de uma miséria crescente, as cidades tornavam as condições destes indivíduos um tanto quanto piores, a urbanização acelerada que ocorreu entre os séculos XVIII e XIX evidenciaram o abismo de desigualdades criadas até então, bairros operários nem de longe pareciam parte integrante dos jardins e centros financeiros que circulavam parte da burguesia vitoriana. Como já citado por Engels, as condições precárias de desenvolvimento e reprodução da vida levaram milhares de trabalhadores ao alcoolismo que como aponta Hobsbawm (2017, p. 317) “O alcoolismo em massa, companheiro invariável de uma industrialização e de uma urbanização bruscas e incontroláveis, disseminou “uma peste de embriaguez”. Outros fatores como, a demência, prostituição, mortalidade infantil e as epidemias em massa faziam parte de uma realidade constante na vida deste contingente populacional, tal como na sua pré-história a classe proletária também era mergulhada a uma crescente criminalidade e violência.

As condições desumanas vividas pela classe trabalhadora em alguma medida não eram ignoradas pela sociedade burguesa, muito pelo contrário, ações da caridade eram parte constante da tentativa de amenizar as situações de penúria, entretanto, estas medidas em efetivamente em um contexto ampliado eram insuficientes. Sem contar que o sentimento liberal existente na fomentação da sociedade burguesa, impedia qualquer forma de ação que auxiliassem a classe trabalhadora de outra maneira principalmente via Estado. Afinal, as condições da ideologia liberal colocavam os pobres em seus lugares, pois, em alguma medida estes não fizeram algo por merecer por isso tamanha desigualdade era fruto da sua falta de esforço e merecimento.

É inegável que as condições que a sociedade burguesa ofereceu aos trabalhadores mostraram inegavelmente as contradições existentes neste modo de produção, que tem sua história pautada sobre o sangue e a violência.

Entretanto, mesmo com o espectro das desigualdades a classe trabalhadora durante algumas décadas começou a ser organizar, e tão logo aprenderam que as riquezas produzidas pela sua própria força aumentavam a riqueza de seus superiores, ao mesmo tempo em que os mantinham na miséria Pimentel (2012). As condições miseráveis despertaram nesta classe, a condição de classe para si Branco (2006), e com isso sua organização os levaram a buscarem condições para não só superarem a miséria existente, mas sob o signo do socialismo superar a sociedade de classes planeja pela burguesia, mas construída sobre o suor do trabalho a classe operária.

2.2 A ASSIM CHAMADA QUESTÃO SOCIAL

O trabalhador moderno, pelo contrário, em vez de crescer com o progresso da indústria, enterrou-se sempre mais fundo [...]. Tornou-se pobre e a pobreza cresce mais rápido do que a população e riqueza. [...] O que a burguesia, portanto, produz, acima de tudo, é seus próprios coveiros. A sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis. (MARX, ENGELS, s.d, p. 23-24)

A expressão máxima deste movimento de revolta e organização da classe trabalhadora⁶ foi ano de 1848 a chamada de Primavera dos Povos, mostrou pela primeira vez durante séculos que o proletariado organizado poderia, e conseguiu em alguma medida abalar o *status quo* burguês. Esta revolução foi fermentada por uma série de crises, pela superexploração da classe trabalhadora, seu pauperismo crescente, fome, desemprego entre outras mazelas. Esta revolução ocorre, pois, existia desde de 1789 a necessidade de efetuar os valores ecoados neste tempo que eram – igualdade, liberdade e fraternidade.

Estes trabalhadores aprenderam com a revolução francesa que não poderiam ficar calados diante de tanta injustiça e, diferente do mundo absoluto da velha ordem estes homens e mulheres poderiam reivindicar do que lhe foram expropriados durante décadas – sua humanidade. Segundo Branco (2006, p. 69)

⁶ Embora não citado de maneira direta, na Inglaterra o movimento operário já existiam movimentos organizados, por exemplo, as *Trade Union's* (os primeiros sindicatos) e o movimento Cartista (quebradores de máquinas). Já na França o ideal socialista era difundidos por grandes pensadores como Proudhon entre outros. Que, diga-se de passagem, influenciariam em alguma medida a teoria social de Marx.

A Primavera dos Povos, ao contrário da estação do ano, não é algo cíclico, natural, que regularmente desponta para o mundo. Ela foi, antes e acima de tudo, o movimento sócio-político pelo qual o proletariado despontou como classe-para-si e pôde bradar: não há solução negociada capaz de mudar a ‘questão social’.

Este movimento revolucionário influenciado diretamente pelos ideais socialistas, ou nas próprias palavras de Marx e Engels (s.d) o espectro do comunismo, rondou a Europa e posteriormente ao mundo, sendo reconhecida por Hobsbawn (2010) como a primeira revolução em escala mundial, os ecos revolucionários chegaram até então em lugares que ainda não havia a consolidação de um proletariado como o Brasil. Hobsbawn (2010) pontua que neste movimento quase que universal exista um sentimento comum que era a necessidade da transformação radical da sociedade. Essas insurreições em grande parte foram mobilizadas pelos trabalhadores pobres.

Branco (2006) nos demonstra um exemplo da força política que o proletariado organizado conseguiu exercer sobre o parlamento francês ao exigir a proclamação da república, estes trabalhadores exigiram valer seus direitos políticos, ao enfatizarem que caso a não fosse efetuada a proclamação da república caso a república não fosse proclamada, “200.000 operários sairiam das suas posições defensivas nas barricadas e marchariam até o prédio localizado na margem direita do rio Sena, no centro de Paris, e mudariam, a seu favor, o rumo da história.” (2017, p. 72). Diante deste quadro, não restava dúvida a burguesia que a ordem social estava sendo abalada e poderia ser reescrita, existia na classe operária “um ódio aos ricos e aos nobres” Hobsbawn (2017, p.467), este sentimento em conjunto com a grande força do operariado organizado conseguiram amedrontar a burguesia, o que teve como resultado o fim da demagogia burguesa frente às necessidades do proletariado – a burguesia, mostraria a partir de agora seu caráter mais reacionário e conservador com a finalidade de abafar revolução de 1848.

Do que foi descrito até este momento não nos resta dúvidas que a burguesia agiria de maneira violenta, entretanto, o que merece destaque em relação à reação foi a aliança com a velha ordem. O terror de uma revolução social com as bandeiras vermelhas do socialismo fizeram a burguesia até mesmo a ala mais progressista a se aproximarem dos setores conservadores para que a ordem social dada permanecesse. Como citado por Hobsbawn (2010, p. 40) o conde Cavour dois anos antes da revolução de 1848 sinalizava

Se a ordem social chegar a ser genuinamente ameaçada, se os grandes princípios sobre os quais ela repousa vierem a estar diante de um sério risco, então muitos dos mais decididos opositoristas, os mais entusiásticos republicanos, serão, temos certeza, os primeiros a aliar-se aos flancos do partido conservador.

A então vitoriosa Primavera dos Povos chegou ao fim 18 meses após uma intensa carnificina, a aurora revolucionária dos séculos XIX teria fim neste fatídico período. O ano de 1848 então tornasse um dos maiores divisores de água da história humana Netto (2001).

Este período foi marcado por intensas modificações políticas e sociais, contudo, sobre a base do mesmo modo de produção. No campo político a classe que derrotou a revolução necessitava pela primeira vez uma forma alternativa de como fazer política, um dos primeiros passos dos que defendiam a sociedade burguesa, procuravam uma forma de influenciar a opinião pública Hobsbawn (2010). A burguesia agora estava preocupada em como as grandes massas se articularam, e entendendo que parte desta articulação foram os ideais socialistas propagados por meio da vanguarda proletária revolucionária. A opinião pública foi foco da imprensa burguesa pós-1848.

Outro ponto importante, foi a preocupação da burguesia com o pauperismo social existente, mais do que a resolução desta problemática a burguesia em seu movimento conservador percebeu que se a grande parte da sociedade pobre, e frisa-se, e trabalhadora chegassem a níveis de pobreza e condições extremas, poderiam então ocorrer uma nova movimentação que abalasse a ordem social burguesa. Então é assim que o pauperismo recorrente e descrito pelos anais da história passa a ser chamado de “Questão Social”.

A tônica do conceito da questão social a partir da segunda metade do século XIX sai dos críticos da sociedade burguesa, e passa a fazer parte do vocabulário constante dos conservadores. A problemática deste fato jaz de que apropriação deste termo pelos ideólogos burgueses distância o pauperismo moderno de sua constituição sócio-histórica, o que serviu para naturalizar as desigualdades existentes entre os homens, como algo própria da natureza humana, ao assumir isso a burguesia demonstram não só o conservadorismo para a manutenção da ordem social, mas igualmente abandona definitivamente o caráter revolucionário de sua história enquanto classe social.

Um dos marcos profissionais neste período é o nascimento da enquanto profissão assistência social, que tem como função a resolução dos problemas causados, não só pela superpopulação relativa fora do circuito produtivo, como toda a pobreza que se encontra a margem de qualquer chance até mesmo de fazer parte do processo produtivo capitalista, por

exemplo, mendigos, vagabundos, miseráveis, juventude principalmente contemporaneamente, a questão social então ganha o caráter de cientificidade.

As ações burguesas impostas a ao lidar com essa tal da questão social partem estritamente de ações que envolvam

[...] uma intervenção política limitada (preferencialmente com suporte 'científico'), capaz de amenizá-las e reduzi-las através de um ideário *reformista* [...]. No caso do pensamento conservador confessional, se reconhece a gravitação da "questão social" e se apela para medidas sócio-políticas para diminuir os seus gravames [...] (NETTO, 2001, p. 44).

Netto (2001) igualmente afirma que a questão social passa a ser combatida através de ações moralizadoras, isto é, a necessidade de adequar e educar os homens para que a sociedade burguesa seja o padrão estabelecido e irrevogável de sociabilidade.

O Estado burguês diferente da sua característica liberal anterior a 1848 assegurou para si o objetivo de intervenção a questão social, traduzindo-se então em políticas sociais específica e fragmentadas, que agirão sempre nos limites dos antagonismos existentes entre as classes sociais Yamamoto (2010). O que torna em sua essência a ineficiência destas políticas sociais é, a impossibilidade do desvelamento das condições sociais historicamente construídas, estas ficaram sempre em uma plano que a totalidade deve ser escamoteada.

A questão social ao passar a fazer parte do pensamento conservador não contribuiu para que a existência do pauperismo fosse superada, pelo contrário as crises do capital contemporâneo tem mostrado, com bastante nitidez que o fluxo da superpopulação relativa não só se encontra dependente da relação trabalho/capital, como é estritamente necessária para a sua reprodução. Ou seja, em outras palavras o processo de produção capitalista depende da própria miséria da classe trabalhadora, este antagonismo é necessário e pertence a própria condição essencial da sociedade capitalista. Só é possível superar a miséria através da superação da sociedade classe, caso o contrário à barbárie ainda será uma realidade plausível e esmagadora para a grande maioria da população mundial.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões expressas até o momento, visaram desvelar a condição estrutural da questão social, ou em seu caráter concreto - o pauperismo moderno.

Conhecer o pauperismo de maneira estrutural, torna-se uma necessidade para o Psicólogo em razão de que, a profissão tem um campo cada vez maior de atuação perante a questão social, que tem sua expressão de ação via as políticas públicas sociais. Em que pese este mesmo campo ainda carece de subsídios que direcionem uma prática psicológica que atenda de maneira efetiva a população pauperizada.

A psicologia neste novo campo de atuação, enfrenta desafios que esbarram nas limitações existentes dentro da sua constituição enquanto ciência. Primeiramente, a psicologia tradicional em sua constituição histórica tem como polo principal o desenvolvimento de sua ciência sobre o indivíduo, ou na cisão, entre ele e a sociedade.

Esta problemática é acentuada principalmente a partir da análise de Vigotski, sobre O Significado Histórico da Crise na Psicologia, esta ciência diante dos mais diferentes objetos de estudo sofreu e ainda sofre por sua fragmentação Lordelo (2011). Outra herança da ciência psicológica no que tange seu desenvolvimento é o dualismo cartesiano, este muito presente nas correntes subjetivistas. Entretanto, quando outras correntes tentaram superar o subjetivismo adentraram em uma espécie de materialismo vulgar, como uma “[...] corrente dita científico-natural materialista” Lordelo (2011, p. 539), esta visão tal como a espiritualista, não apresentam subsídios para compreender o indivíduo em uma relação dinâmica com a sociedade, o que dificulta a análise de fenômenos complexos como a questão social em um âmbito estrutural.

Esta dificuldade é apresentada por Dantas, Oliveira e Yamamoto (2010, p. 110) quando afirmam que “[...] a pobreza não aparece como uma preocupação explícita da Psicologia e, dessa forma, não se pode afirmar que exista uma literatura brasileira psicológica acerca do tema”, a tendência dos estudos tem fragmentado este indivíduo tentando tomar da dimensão macro a pobreza no seu caráter psicológico, ou ora transitando sobre outra temáticas que trabalham de forma isolada o fenômeno, como é exemplificado pelos autores “[...] o desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de rua”. Colocar a Psicologia Histórico Cultural neste debate é utilizar de seu aporte teórico condições da Psicologia enquanto ciência superar este caráter fragmentário e dualista.

A Psicologia Histórico Cultural (PHC), que tem como base filosófica o Materialismo Histórico Dialético, que difere das então abordagens psicológicas tradicionais primeiramente por ter sua origem em um contexto de transformação social, a Revolução Soviética. A dialética como um dos fundamentos da PHC, subsidia a discussão e análise dos fatos da realidade concreta de forma qualitativa, isto é, considerar os fenômenos através de seu caráter

desenvolvimental, não reduzindo-os à uma linearidade estática. A dialética, deste modo, proporciona a compreensão do desenvolvimento em forma de saltos qualitativos, admitindo o movimento dos fenômenos sociais Shuare (2016).

Ao passo que, ao analisar a Questão Social, e suas expressões na contemporaneidade, sob o prisma da PHC, pode-se desmistificar toda concepção que naturaliza o pauperismo na sociedade de classes, bem como qualquer processo de individualização desta problemática. A sociedade como é vista de forma imediata, assim como as relações entre os seres humanos, são resultado de uma fetichização da práxis social, Kosik (1976). Em que o aspecto fenomênico subtraí a inescusável análise da essência, conduzindo de modo utilitarista a práxis como naturalmente burguesa. Kosik (1976). O psicólogo, ao lidar com as políticas públicas sociais, e com a parcela da população que necessita destes serviços, deve estar ciente das determinações da realidade concreta, para confrontar esta fetichização ideológica frente à questão social, para que a sua prática seja transformadora e não adaptacionista.

As reflexões apresentadas neste artigo não se esgotam por ele, pois, trazer a discussão da questão social para a Psicologia é um processo que envolve o diálogo com outras áreas do conhecimento, em que pese, é fundamental uma leitura crítica e transformadora sobre esta temática que, contemporaneamente, expressa a necessidade de um diálogo contínuo com o passado.

Referências

- BRANCO, R. C. **A “questão social” na origem do capital: pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels.** Rio de Janeiro: UFRJ/ Escola de Serviço Social, 2006. 181 p.
- CASTELO, R. A “questão social” nas obras de Marx e Engels. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro. Nº 1 V. 20. Jan/jun., 2010. p. 85-94.
- DANTAS, C. M. B., OLIVEIRA, I. F. e YAMAMOTO, O. H. Psicologia e pobreza no Brasil: produção de conhecimento e atuação do psicólogo. **Psicologia & Sociedade**, 22(1), 104-111.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** Trad. B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. 383 p.
- FELIX, G. Sobre o conceito de exército industrial de reserva em Ruy Mauro Marini. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, 47/ maio/ago., p. 105-127, 2017.
- HOBBSWAMN, E. J. **A Era do Capital: 1848-1875.** Trad. Luciano Costa Neto. São Paulo: Editora Paz e Terra 2010.
- _____. **A Era das Revoluções: 1789-1848.** Trad. Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. ed. 38. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017. 531 p.
- KOSIK, K. **Dialética do Concreto.** 7. Ed. Trad Célia Neves e Alderico Torího. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

- LORDELO, L. R. A crise na Psicologia: Análise da Contribuição Histórica e Epistemológica de L.S. Vigotski. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Out-Dez 2011, Vol. 27 n. 4, pp. 537-544
- MARX, K; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. s.n.t Trad. Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. p. 51.
- _____. **O Capital**: Livro I. Trad. Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, Nº 03. Jan/ Jun 2011.
- OLIVEIRA, F. I. Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 anos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2010, V. 26 n. especial, p. 9-24.
- PIMENTEL, E. **Uma “Nova questão social”? Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje**. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. 167 p.
- SANTOS, J. S. Particularidades da Questão Social no Brasil: Elementos para o debate. **Temas & matizes**, V. 9, Nº 17, Primeiro semestre, p. 125-150, 2010.
- SEIXAS, P. S., YAMAMOTO, O. H. A inserção e a atuação profissional do psicólogo no campo das políticas sociais no Rio Grande do Norte. **Psicol. Argum.**, jul-set., v. 30, n.70. p.477-489, 2012.
- SHUARE, M. **A Psicologia soviética: meu olhar**. Trad. Laura Marisa Carnielo Calejon. São Paulo: Terracota Editora, 2016. 288 p.
- YAMAMOTO, O. H. Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. In: BOCK, A. M. B. (Org.). **Psicologia e compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 37-54.